



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

TARDE

ASSISTENTE DE CONTROLE EXTERNO

PROVA ESCRITA OBJETIVA E DISCURSIVA – NÍVEL MÉDIO

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo setenta questões objetivas e o tema da redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos para a transcrição da redação



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da redação para a folha de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da redação é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para a folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

CONHECIMENTOS BÁSICOS**Língua Portuguesa****1**

“A expressão santo do pau oco, que designa o sujeito dissimulado, fingido, surgiu em Minas Gerais nos tempos do Brasil colonial.”

Nessa frase, o autor usou dois adjetivos sinônimos em seguida – dissimulado, fingido – talvez com a finalidade de tornar o texto mais claro, pois o primeiro adjetivo é de uso mais raro.

Essa mesma estratégia foi usada na seguinte frase:

- (A) A beata praticava sempre atos bondosos, caridosos;
- (B) O policial ficou colérico, raivoso, com a atitude do criminoso;
- (C) O fugitivo foi ágil, lépido, e escapou dos perseguidores;
- (D) O aluno era disciplinado, regrado, e obtinha boas notas;
- (E) O vento era fraco, brando, e balançava as folhas.

2

Os adjetivos são empregados para dar características, estados, qualidades ou informações sobre substantivos; entre as opções abaixo, aquela cujo adjetivo indica uma característica do substantivo por ele determinado, é:

- (A) As frutas vermelhas estavam na fruteira, sobre a mesa;
- (B) A feijoada estava saborosa como nunca;
- (C) O discurso presidencial levou várias horas;
- (D) O menino, adoentado, estava na cama;
- (E) Os produtos estrangeiros estavam na vitrine da loja.

3

“No Brasil daquela época – século XVIII –, auge da mineração, eram elevadíssimos os impostos cobrados pelo rei de Portugal, nosso avozinho, tão bonzinho...”

Nesse segmento de um texto histórico, há a utilização de formas diminutivas; a opção abaixo em que o diminutivo foi empregado com a mesma finalidade, é:

- (A) O livrinho de orações estava sobre a mesa de cabeceira;
- (B) A garotinha tinha uma pequena boneca nos braços;
- (C) O meu irmão é muito bonzinho;
- (D) O gato fez a gracinha de sujar toda a sala;
- (E) O bebê tinha um sorrisinho atraente.

4

Ironia é uma figura de pensamento em que a palavra empregada significa exatamente o oposto do que normalmente significa; a opção abaixo que exemplifica uma ironia, é:

- (A) Nem todos somos o que parecemos;
- (B) Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura;
- (C) Uma das atrações turísticas da cidade são os assaltos;
- (D) Todo criminoso se arrepende de seus atos;
- (E) Surpreendentemente, o carro antigo estava novo em folha.

5

Notamos, como usuários da língua portuguesa, que alguns vocábulos podem ser usados com hífen ou sem hífen, com diferentes significados.

A opção abaixo em que o vocábulo destacado só pode ser escrito sem hífen, é:

- (A) Trabalhou na segunda-feira / Na segunda feira a que foi, comprou legumes e frutas;
- (B) Chegou ao meio-dia no trabalho / A nova tarefa ocupou meio dia de trabalho;
- (C) Havia um sem-número de camelôs na rua / Eles moravam numa casa sem número ao final da rua;
- (D) Não se deve ter olho-grande sobre os bens alheios / O gigante tinha um olho grande no meio da testa;
- (E) O trabalho estava bem-feito / Todos consideraram o texto bem feito.

6

A frase abaixo em que NÃO ocorre nenhuma forma de superlativo de um adjetivo, é:

- (A) Os preços dos alimentos estão altos, altos, altos...;
- (B) Depois da operação, ela está algo abatida;
- (C) Ele não está nem rico, nem pobre, mas remediado;
- (D) Tinha que fazer o trabalho em curtíssimo tempo;
- (E) O pacote estava pesado pra burro.

7

Os pronomes demonstrativos mostram empregos bem definidos em língua portuguesa; a opção abaixo em que o emprego do demonstrativo está adequado, é:

- (A) Esta é a verdade: ninguém é totalmente honesto;
- (B) José e Maria vieram à festa: este, de ônibus, aquele, de táxi;
- (C) Este cigarro que você está fumando, faz mal à sua saúde;
- (D) Os tempos atuais são diferentes destes tempos de outrora;
- (E) Aquela sala que você vê na foto é bastante ampla.

8

“Trigo, petróleo e fertilizante são produtos exportados pelos países em guerra.”

Nessa frase, o termo “produtos” é de valor geral, referindo-se a “trigo, petróleo e fertilizante”; a frase abaixo em que a mesma estratégia acontece, é:

- (A) Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis, todos esses municípios são muito visitados por turistas;
- (B) Martelos, serrotes, formões são ferramentas de amplo uso pelos carpinteiros;
- (C) Espingardas, revólveres foram utensílios encontrados na casa dos acusados;
- (D) Foram apanhados no chão maços de cigarro, chaves de carro, algumas moedas e esses restos foram devolvidos aos donos;
- (E) Feijão, arroz e milho foram legumes muito consumidos nos séculos iniciais de nossa história.

9

Muitas frases são estruturadas com base em antíteses, ou seja, com a presença de palavras de sentidos opostos.

A frase abaixo, retirada de um dicionário de citações, que mostra uma antítese, é:

- (A) “Com uma mentira pode chegar-se muito longe, mas sem esperança de voltar”;
- (B) “O amor à moda é o instinto de perfeição nos espíritos vulgares”;
- (C) “O espelho reflete sem falar e algumas pessoas falam sem refletir”;
- (D) “Comigo é tudo ou nada. Ou os homens se apaixonam por mim à primeira vista ou nada feito”;
- (E) “Quando me dizem que sou muito velho para fazer uma coisa, procuro fazê-la imediatamente”.

10

Observe o segmento textual a seguir.

RADAR: Esse aparelho, que baseia seu funcionamento na reflexão de ondas hertzianas, toma seu nome das iniciais das palavras inglesas *radio detection and ranging*, equivalentes a “detecção e localização por rádio”.

Esse segmento textual deve ser classificado como:

- (A) argumentativo, com argumentos de base histórica;
- (B) narrativo, com relato de etapas de uma invenção;
- (C) descritivo, com explicações metalinguísticas;
- (D) narrativo-descritivo, com informações ligadas ao tempo;
- (E) argumentativo-narrativo, com defesa de ideias.

11

Os textos informativos preocupam-se em dar credibilidade ao que informam, atribuindo o valor de certeza ao que veiculam.

Em algumas frases, no entanto, utilizam-se palavras ou expressões que atenuam essa certeza; a única frase abaixo em que NÃO ocorre nenhum tipo de atenuação, é:

- (A) Segundo alguns, dinheiro não traz felicidade;
- (B) O novo governo talvez traga muito progresso;
- (C) A guerra na Ucrânia poderia trazer mais prejuízos;
- (D) Possivelmente, o Brasil será campeão do mundo;
- (E) Devagar se vai ao longe, mas nunca se chega.

12

Observe o texto a seguir.

BISTROT: Quando os russos invadiram Paris depois da queda de Napoleão I em 1815, utilizavam o vocábulo *veestra*, equivalente a “rápido”, para exigir atenção imediata nos restaurantes. A corrupção do termo deu origem a *bistrot*, aplicado daí em diante para identificar estabelecimentos que ofereciam comida barata e rápida. [Essa palavra, que outros relacionam com *Bistouille*, nome de um vinho ordinário muito popular nessas casas de comidas, foi adotada por grande quantidade de idiomas como sinônimo de restaurante.]

Nesse segmento, o trecho entre colchetes:

- (A) corrige uma informação dada anteriormente;
- (B) apresenta uma nova informação que confirma o já dito;
- (C) mostra uma ampliação da informação dada antes;
- (D) repete uma informação para firmar um conhecimento;
- (E) indica outras origens para a palavra estudada.

13

Na apresentação de um número de uma revista, o diretor inicia o texto da seguinte forma: “Qual é a verdadeira extensão da vida humana? Estaremos caminhando para uma vida sem limites?”.

Sobre essas perguntas, é correto afirmar que:

- (A) trata-se de perguntas que certamente serão objetivamente respondidas nas reportagens da revista;
- (B) são perguntas retóricas cujas respostas já estão contidas nas perguntas;
- (C) mostram questões que provocam curiosidade nos leitores, aumentando o desejo de leitura;
- (D) indicam o caminho provável de uma reportagem de caráter ficcional-científico;
- (E) inserem a revista, pela tipologia das perguntas, entre publicações de caráter popular.

14

“Estaremos caminhando para uma vida sem limites?”; a locução “sem limites” equivale ao adjetivo “ilimitada”.

A locução abaixo que corresponde semanticamente ao adjetivo dado, é:

- (A) comida sem sabor / comida insossa;
- (B) guerra sem trégua / guerra interrompida;
- (C) porta sem chave / porta aberta;
- (D) pessoa sem audição / pessoa deficiente;
- (E) carne sem sal / carne insípida.

15

Tecnologia é palavra que tem, em sua formação, o radical grego *-logia* (“estudo”); a opção abaixo que indica corretamente o campo de estudo do vocábulo formado com esse mesmo radical, é:

- (A) pneumologia / estudo dos pneus dos veículos;
- (B) radiologia / estudo das transmissões radiofônicas;
- (C) geologia / estudo geográfico das paisagens;
- (D) arqueologia / estudo de realidades antigas;
- (E) etnologia / estudo da origem das palavras.

Legislação Específica

16

Pedro, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo no Estado do Tocantins, sofreu um acidente no exercício de suas funções. Por tal razão, foi investido em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação em sua capacidade física, o que foi verificado em inspeção médica.

Nesse caso, preenchidos os requisitos determinados em lei, trata-se da aplicação do instituto da:

- (A) reversão;
- (B) reinserção;
- (C) renomeação;
- (D) readaptação;
- (E) reintegração.

17

José é servidor do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins. Em sua atuação, mostra-se, de modo deliberado, totalmente intransigente perante a chefia imediata e os seus colegas, rechaçando qualquer posicionamento ou ideia divergente. Além de rechaçar, tem o hábito de atribuir alcunhas pejorativas a tudo aquilo que divirja do seu entendimento.

Inconformada com esse estado de coisas, Ana, colega de José, buscou verificar se o referido comportamento estava em harmonia com os deveres fundamentais do servidor público, previstos no Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, tendo concluído, corretamente, que ele:

- (A) é totalmente dissonante do disposto no Código de Ética;
- (B) apenas é dissonante do disposto no Código de Ética em relação à chefia imediata, por afrontar o princípio hierárquico;
- (C) apenas é dissonante do disposto no Código de Ética em relação aos colegas de trabalho, por comprometer a eficiência administrativa;
- (D) apenas é dissonante do disposto no Código de Ética em relação à alcunha atribuída ao posicionamento ou ideia divergente, não quanto à intransigência em si;
- (E) é totalmente harmônico com o disposto no Código de Ética, pois a intransigência em relação ao posicionamento ou ideia divergente é projeção da personalidade individual.

18

Maria, ordenadora de despesas no Município Beta, situado no Estado do Tocantins, praticou ato que resultou em dano ao erário devidamente quantificado. Por tal razão, o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins decidiu adotar a ação necessária, em caráter de urgência, para apurar a responsabilidade de Maria.

A referida ação é a:

- (A) sindicância;
- (B) tomada de contas;
- (C) sindicância especial;
- (D) ação de improbidade;
- (E) tomada de contas especial.

19

O Município Alfa, situado no Estado do Tocantins, realizou concurso público para o provimento de diversos cargos. Ao final do certame e da correlata posse dos aprovados, o prefeito do Município questionou sua assessoria a respeito do alcance da fiscalização passível de ser realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

A assessoria respondeu, corretamente, que essa admissão de pessoal:

- (A) deve ser registrada no Tribunal de Contas;
- (B) somente produzirá efeitos após a aprovação do Tribunal de Contas;
- (C) é válida, desde que o Tribunal de Contas tenha participado de todo o processo seletivo;
- (D) não tem relação com o Tribunal de Contas, que somente fiscaliza perdas patrimoniais;
- (E) pode vir a ser fiscalizada pelo Tribunal de Contas, mas apenas se houver representação do Ministério Público de Contas.

20

João, estudante de direito constitucional, realizou alentada análise da Constituição do Estado do Tocantins, mais especificamente a respeito da sua relação com a Constituição da República de 1988. A análise decorreu da afirmação de um colega, no sentido de que seria dissonante da Constituição da República de 1988, portanto, inválida, uma norma inserida na Constituição tocaninense que afastasse, em qualquer hipótese, a participação popular na eleição do governador do Estado.

João concluiu, corretamente, que a referida invalidez:

- (A) jamais ocorreria, pois a Constituição Estadual é projeção da soberania do Estado que a editou, não estando vinculada à Constituição da República de 1988;
- (B) jamais ocorreria, pois a Constituição Estadual, a exemplo de qualquer lei, tem força normativa por si só, não estando vinculada a uma norma superior;
- (C) seria evidente, pois a Constituição Estadual, por ter emanado da mesma autoridade que promulgou a Constituição da República de 1988, não pode dela destoar;
- (D) seria evidente, pois deve haver simetria entre a Constituição Estadual e a Constituição da República de 1988, de modo que aquela deve observar os contornos estruturais desta;
- (E) somente ocorreria se a Constituição da República de 1988 tivesse indicado os artigos a serem reproduzidos pela Constituição Estadual, técnica legislativa que nunca foi adotada.

Noções de Controle Externo

21

Antônio, recém-empossado como servidor do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, questionou os seus colegas sobre o papel dessa estrutura orgânica em relação às contas de governo apresentadas pelo prefeito do Município Alfa.

Foi corretamente informado a Antônio que as contas devem ser:

- (A) julgadas pelo Tribunal, com recurso para a Câmara Municipal de Alfa;
- (B) objeto de parecer prévio pelo Tribunal, que será vinculante para a Câmara Municipal de Alfa;
- (C) julgadas pelo Tribunal, em caráter terminativo, não cabendo recurso para a Câmara Municipal de Alfa;
- (D) objeto de parecer prévio pelo Tribunal, que só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal de Alfa;
- (E) objeto de parecer prévio pelo Tribunal, que só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal de Alfa.

22

O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, ao julgar as contas de determinado ordenador de despesas, concluiu que caso fortuito, comprovadamente alheio à vontade do responsável, tornou impossível o julgamento de mérito.

Nesse caso, o Tribunal deve considerar as contas:

- (A) irregulares;
- (B) ilíquidáveis;
- (C) não apresentadas;
- (D) regulares com ressalva;
- (E) irregulares com a qualificação do fortuito.

23

No curso de uma inspeção realizada pelo Tribunal de Contas do Estado Alfa, foi identificado que João, ordenador de despesas, emitiu diversas “ordens de pagamento” em benefício próprio. Os analistas do Tribunal, ao promoverem o enquadramento jurídico dos fatos, observaram que essa conduta caracterizaria o enriquecimento ilícito tipificado no Art. 9º da Lei nº 8.429/1992. Caso o Tribunal conclua pela ocorrência do enriquecimento ilícito de João:

- (A) deve aplicar as sanções da Lei nº 8.429/1992 nos próprios autos da inspeção administrativa;
- (B) deve ajuizar a ação cabível perante a Justiça Comum, podendo ser aplicadas, ao fim da relação processual, as sanções da Lei nº 8.429/1992;
- (C) não pode aplicar as sanções da Lei nº 8.429/1992, o que deve ser feito no âmbito da Justiça Comum, a partir de ação específica ajuizada por um legitimado;
- (D) deve instaurar processo administrativo específico, de modo a assegurar o contraditório e a ampla defesa, ali aplicando, se for o caso, as sanções da Lei nº 8.429/1992;
- (E) deve encaminhar os autos ao Ministério Público Especial, para que ajuíze a ação cabível no âmbito do Tribunal, que terá seu curso normal, podendo ser aplicadas as sanções da Lei nº 8.429/1992.

24

Joana foi designada para responder pelo controle interno no âmbito do Município Alfa. Ao chegar ao órgão, recebeu de João, seu subordinado, um rol de orientações, alegadamente elaboradas em harmonia com a ordem constitucional, aplicável por simetria no plano estadual, com o objetivo de auxiliá-la em sua atuação. No âmbito dessas orientações, estava previsto que Joana deveria: (1) avaliar a execução dos programas de governo; (2) apoiar o controle externo; e (3) aplicar sanções disciplinares. Ao analisar a ordem constitucional, Joana concluiu, acertadamente, que:

- (A) somente a orientação 3 estava correta;
- (B) somente as orientações 1 e 2 estavam corretas;
- (C) somente as orientações 1 e 3 estavam corretas;
- (D) somente as orientações 2 e 3 estavam corretas;
- (E) todas as orientações estavam corretas.

25

O prefeito do Município Beta decidiu realizar uma série de obras públicas em uma região pouco habitada do Município, o que gerou grande desconfiança da população. João, cidadão politicamente engajado, após uma apuração particular, descobriu que a maior parte das terras, localizadas no entorno da localidade que receberia as obras, pertencia a familiares do prefeito. Com as obras, as terras teriam grande valorização.

Irresignado com essa situação, João decidiu ajuizar uma ação para impedir a concretização desse objetivo.

Ao questionar o seu advogado a respeito de que ação seria essa, foi-lhe corretamente informado que João deve ajuizar um(a):

- (A) ação popular;
- (B) ação civil pública;
- (C) interdito de obra nova;
- (D) representação interventiva;
- (E) mandado de segurança coletivo.

Raciocínio Lógico-Quantitativo

26

Três circunferências de centros A, B e C são tangentes externas entre si, duas a duas. Os lados do triângulo ABC medem 18 cm, 21 cm e 23 cm, respectivamente.

O raio da maior circunferência mede:

- (A) 10 cm;
- (B) 11 cm;
- (C) 12 cm;
- (D) 13 cm;
- (E) 14 cm.

27

Sabendo-se que $\cos x = \frac{1}{2}$, então $\cos 20x$ é igual a:

- (A) 1;
- (B) $-\frac{1}{2}$;
- (C) 0;
- (D) -1;
- (E) 10.

28

Em um saco há 9 bolinhas iguais, numeradas de 1 a 9. Duas bolinhas são retiradas do saco ao acaso.

A probabilidade de que as bolinhas retiradas tenham números consecutivos é, aproximadamente, igual a:

- (A) 22%;
- (B) 28%;
- (C) 33%;
- (D) 39%;
- (E) 45%.

29

Para um dia de treinamento, os funcionários de uma empresa foram alocados em três salas: Sala 1, Sala 2 e Sala 3. Tendo sido realizada a primeira parte do treinamento, foi feito um intervalo, após o qual os funcionários puderam escolher livremente qualquer sala para a segunda parte do treinamento.

Na matriz A abaixo, cada elemento a_{ij} representa o número de funcionários que estavam na Sala i e foram para a Sala j após o intervalo.

$$A = \begin{bmatrix} 5 & 2 & 7 \\ 4 & 9 & 6 \\ 3 & 8 & 10 \end{bmatrix}$$

É correto concluir que:

- (A) a Sala 1 terminou com 2 funcionários a mais que no início;
- (B) a Sala 2 terminou com 20 funcionários;
- (C) a Sala 3 terminou com 3 funcionários a mais que no início;
- (D) a Sala 1 iniciou com 15 funcionários;
- (E) uma das salas terminou com o mesmo número de funcionários que tinha no início.

30

Considere o sistema:

$$\begin{cases} x + y + 5z = 0 \\ x + 5y + z = 14 \\ 5x + y + z = 28 \end{cases}$$

O valor de x é:

- (A) $\frac{3}{2}$;
- (B) $\frac{5}{2}$;
- (C) $\frac{7}{2}$;
- (D) $\frac{9}{2}$;
- (E) $\frac{11}{2}$.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

A organização da proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA), incluindo o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas estatais e o orçamento da seguridade social, de forma que a proposta contenha todas as receitas e todas as despesas, atende ao princípio do(a):

- (A) especificação;
- (B) exclusividade;
- (C) orçamento bruto;
- (D) transparência;
- (E) universalidade.

32

Quando da elaboração da proposta de Plano Plurianual para um dado período, um cuidado que os analistas da área de planejamento do ente público devem considerar é que as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública devem ser estabelecidos:

- (A) conforme o impacto no patrimônio público;
- (B) de forma regionalizada;
- (C) de forma segregada por função de governo;
- (D) em termos de impacto no resultado primário;
- (E) por critério de categoria econômica.

33

Os parâmetros que devem ser observados para iniciativa de lei que trata da fixação das remunerações de pessoal no âmbito do Poder Legislativo, incluindo os tribunais de contas, são estabelecidos no(a):

- (A) Anexo de Metas Fiscais;
- (B) Decreto do chefe do Poder Legislativo;
- (C) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (D) Lei Orçamentária Anual;
- (E) Plano Plurianual.

34

Uma das prerrogativas do Poder Legislativo garantidas pela Constituição da República de 1988 é a proposição de emendas ao projeto de lei do orçamento anual.

Um analista de planejamento e orçamento, que assessora os parlamentares na análise da admissibilidade das propostas de emendas, deve considerar que estas:

- (A) não podem ser relacionadas com a correção de erros;
- (B) não devem alterar dispositivos do texto do projeto de lei;
- (C) devem ser apresentadas até trinta dias antes do início da votação do orçamento;
- (D) podem indicar como fonte de recursos a anulação de despesas;
- (E) precisam da assinatura de no mínimo dois parlamentares para sua apresentação.

35

Ao tratar da abertura de créditos adicionais ao orçamento, a Lei nº 4.320/1964 aborda as opções de fontes de recursos para cobertura da despesa. Uma dessas fontes é o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Ao fazer a apuração do superávit financeiro utilizável para abertura de créditos adicionais, um analista deve considerar a dedução do saldo:

- (A) das compensações financeiras;
- (B) do excesso de arrecadação;
- (C) das dotações orçamentárias anuladas;
- (D) dos créditos adicionais transferidos;
- (E) dos créditos extraordinários abertos no exercício.

36

Um instrumento previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal como subsídio para acompanhamento da execução orçamentária e da gestão fiscal refere-se à programação financeira e ao cronograma de desembolso a serem estabelecidos e disponibilizados:

- (A) com a publicação da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (B) até trinta dias após a publicação dos orçamentos;
- (C) como anexo ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
- (D) juntamente com o Anexo de Metas Fiscais;
- (E) trimestralmente, junto ao Relatório de Gestão Fiscal.

37

Para um dado exercício financeiro, um ente público estimou em seu orçamento a arrecadação de receitas conforme o quadro a seguir, com valores expressos em milhares de reais.

Receitas	Estimado
Receitas correntes	8.300,00
Receitas de capital	1.700,00
Total	10.000,00

Ao longo do exercício, foram arrecadadas receitas correntes 10% acima do previsto e receitas de capital 10% abaixo do estimado, além de R\$ 400.000,00 de receitas extraorçamentárias, sendo R\$ 150.000,00 em cauções e R\$ 250.000,00 em operações de crédito por antecipação da receita orçamentária.

Com base nessas informações e nos critérios aplicáveis à receita definidos na Lei nº 4.320/1964, a receita orçamentária realizada no exercício corresponde, em milhares de reais, a:

- (A) 10.150,00;
- (B) 10.560,00;
- (C) 10.660,00;
- (D) 10.810,00;
- (E) 11.060,00.

38

O orçamento de um ente público para um determinado exercício autorizou despesas da ordem de R\$ 10 milhões. Houve abertura de créditos adicionais, que cresceu R\$ 600 mil à dotação inicial. Desse montante, R\$ 9,3 milhões foram empenhados, R\$ 8,9 milhões foram liquidados e R\$ 8,3 milhões foram pagos.

A partir dos conceitos e estágios da despesa pública previstos na Lei nº 4.320/1964, a despesa executada pelo ente no referido exercício corresponde a:

- (A) R\$ 10,6 milhões;
- (B) R\$ 10 milhões;
- (C) R\$ 9,3 milhões;
- (D) R\$ 8,9 milhões;
- (E) R\$ 8,3 milhões.

39

Ao tratar da responsabilidade na gestão fiscal, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu conceitos que constituem verdadeiros pilares para os gestores públicos em busca do equilíbrio fiscal.

Ao avaliar os relatórios fiscais de um ente à luz dos pilares da gestão fiscal, um item que está fora do escopo de análise é:

- (A) transparência;
- (B) ação planejada;
- (C) prevenção de riscos;
- (D) cumprimento de metas;
- (E) descentralização de créditos.

40

Um item objeto de constante debate e atenção dos órgãos de controle e da sociedade é a dívida pública, uma vez que acarreta alto custo por consumir parte relevante dos recursos do orçamento para o seu financiamento e amortização. A Lei nº 4.320/1964 classifica a dívida pública em dívida fundada e dívida fluante.

Ao apurar o montante da dívida fluante de um ente, NÃO devem ser incluídos valores relativos a:

- (A) restos a pagar;
- (B) débitos de tesouraria;
- (C) serviços da dívida a pagar;
- (D) restituições extraorçamentárias;
- (E) compromissos exigíveis após doze meses.

41

A Secretaria de Planejamento e Orçamento da Prefeitura de Beta do Sul, previamente à elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 20x3, emitiu uma orientação aos servidores reforçando a importância dos princípios orçamentários, destacando que:

- (A) estabelecem regras básicas para conferir racionalidade, eficiência e transparência na elaboração, execução e controle do orçamento público, sendo estabelecidos tanto por normas constitucionais e infraconstitucionais quanto pela doutrina;
- (B) o princípio da universalidade determina que as receitas previstas e despesas fixadas em cada exercício financeiro devem integrar um único documento legal;
- (C) a definição do princípio do orçamento-programa conjuga a necessidade de demonstração das receitas e das despesas de acordo com a sua área funcional;
- (D) constituem exceções ao princípio da não vinculação da receita de impostos, aquelas realizadas por intermédio da criação de Fundos especiais;
- (E) a determinação de que a Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços ou quaisquer outras, refere-se ao princípio do orçamento bruto.

42

Em uma reunião técnica de contextualização com servidores recém-nomeados, os responsáveis técnicos pela área de planejamento e orçamento da Prefeitura de Beta do Norte apresentaram a proposta orçamentária anual para o exercício de 20x3, dando destaque para os seguintes tipos de orçamentos que precisavam constar da citada proposta:

- (A) Orçamento Plurianual – referente ao estabelecimento de diretrizes e metas da administração pública para as despesas de custeio e capital;
Orçamento de Diretrizes – referente à definição das prioridades e distribuição de recursos entre os órgãos e unidades;
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – referente a toda aplicação de recursos nas áreas da saúde, previdência, assistência social e segurança pública;
- (B) Orçamento de Diretrizes – referente à definição das prioridades e distribuição de recursos entre os órgãos e unidades;
Orçamento de Investimentos – referente à aplicação em investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista em que o Estado detenha a maioria do capital com direito a voto;
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – referente à aplicação de recursos nas áreas da saúde, previdência e assistência social;
- (C) Orçamento Plurianual – referente ao estabelecimento de diretrizes e metas da administração pública para as despesas de custeio e capital;
Orçamento da Seguridade Social – referente à aplicação de recursos nas áreas da saúde, previdência e assistência social;
Orçamento Fiscal – referente a toda outra aplicação de recursos;
- (D) Orçamento de Investimentos – referente à aplicação de recursos em investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista em que o Estado tenha alguma participação acionária;
Orçamento da Seguridade Social – referente à aplicação de recursos nas áreas da saúde, previdência e assistência social;
Orçamento Fiscal – referente a toda outra aplicação de recursos;
- (E) Orçamento de Investimentos – referente à aplicação de recursos em investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista em que o Estado detenha a maioria do capital com direito a voto;
Orçamento da Seguridade Social – referente à aplicação de recursos nas áreas da saúde, previdência e assistência social;
Orçamento Fiscal – referente a toda outra aplicação de recursos, excluindo-se dotações destinadas a seguridade social e a investimentos das estatais.

43

O processo de programação da despesa orçamentária está estruturado na realização sequencial de etapas qualitativas e quantitativas que resultam na especificação dos programas de trabalho constantes da Lei Orçamentária Anual.

Nesse sentido, identificam-se as seguintes classificações que devem ser consideradas pelos técnicos da área de planejamento e orçamento da Prefeitura de Beta do Sul:

- (A) qualitativas: institucional, funcional, programática e operação especial;
quantitativas: Iduso, natureza da despesa e ação;
- (B) qualitativas: institucional, funcional e programática;
quantitativas: Iduso, grupo e especificação da destinação de recursos, natureza da despesa;
- (C) qualitativas: institucional, funcional e grupo de natureza;
quantitativas: Iduso, grupo e especificação da destinação de recursos;
- (D) qualitativas: institucional, funcional e programática;
quantitativas: grupo e especificação da destinação de recursos, projeto/atividade;
- (E) qualitativas: Iduso, grupo e especificação da destinação de recursos;
quantitativas: institucional, funcional e programática.

44

Os técnicos da área de planejamento e orçamento da Prefeitura de Beta do Sul, ao elaborarem um Manual Técnico de Orçamento para orientação e divulgação interna, destacaram em relação à estrutura e utilização da classificação da receita orçamentária que:

- (A) é de utilização obrigatória por todos os entes da federação, sendo facultado o seu desdobramento para atendimento das respectivas necessidades;
- (B) as receitas orçamentárias são classificadas por: natureza de receita e programa;
- (C) a classificação por categoria econômica corresponde ao detalhamento da classificação por origem da receita;
- (D) a Receita Patrimonial corresponde a uma das origens da Receita de Capital;
- (E) a classificação por natureza de receita orçamentária busca identificar o destino dos recursos arrecadados.

45

Em dezembro de 20x1, a Prefeitura de Beta do Norte apresentava a seguinte situação orçamentária:

Receita/Despesa	R\$
Receitas arrecadadas - tributárias	50.000,00
Receitas arrecadadas - patrimoniais	95.000,00
Receitas arrecadadas - serviços	3.000,00
Receitas arrecadadas - transferências correntes	90.000,00
Empenho - despesas correntes	128.000,00
Empenho - despesas de capital	65.000,00
Liquidação - despesas correntes	123.000,00
Liquidação - despesas de capital	42.000,00
Pagamento - despesas correntes	95.000,00
Pagamento - despesas de capital	35.000,00

Foi avaliado pelos órgãos gestores que os serviços contratados foram prestados e os materiais entregues até 31/12/20x1 e apurado que a realização de concessões de serviços públicos ocorrida no exercício possibilitou que a Prefeitura apresentasse ao final do exercício uma suficiência de caixa superior aos saldos orçamentários.

Com base no exposto:

- o valor total que a Prefeitura poderá inscrever em Restos a Pagar Não Processados é de R\$ 40.000,00;
- o valor total que a Prefeitura poderá inscrever em Restos a Pagar é de R\$ 38.000,00;
- deverá ser inscrito o valor de R\$ 5.000,00 em Restos a Pagar Não Processados – despesas correntes e o valor de R\$ 7.000,00 em Restos a Pagar Processados – despesas de capital;
- deverá ser inscrito o valor de R\$ 5.000,00 em Restos a Pagar Não Processados – despesas correntes e o valor de R\$ 33.000,00 em Restos a Pagar Processados – despesas correntes;
- deverá ser inscrito o valor de R\$ 28.000,00 em Restos a Pagar Processados – despesas correntes e o valor de R\$ 33.000,00 em Restos a Pagar Processados – despesas de capital.

46

O Balanço Financeiro é uma das demonstrações de publicação obrigatória por força da Lei nº 4.320/1964, tendo a sua estrutura atualizada aos novos padrões de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

Nesse contexto, o Balanço Financeiro referente ao exercício encerrado de 20x1 divulgado pela Prefeitura de Beta do Sul, em conformidade com as normas vigentes:

- teve sua apresentação composta por dois quadros que evidenciaram a movimentação financeira do ente;
- evidenciou o resultado financeiro do exercício de forma semelhante ao apurado no Balanço Patrimonial;
- evidenciou um resultado financeiro positivo indicando que há um adequado equilíbrio financeiro da Prefeitura;
- possibilitou a apuração do resultado financeiro do exercício, permitindo, em função das informações apresentadas, que esta apuração fosse realizada de duas formas;
- considerou em sua apresentação a segregação das receitas e despesas em ordinárias e vinculadas e em decorrentes de investimento e financiamento.

47

As Notas Explicativas são consideradas parte integrante e responsável pelo fornecimento de informações adicionais às apresentadas nas Demonstrações Contábeis.

Os responsáveis pela contabilidade da Prefeitura de Beta do Sul, ao elaborar as Notas Explicativas do Balanço Orçamentário, visando facilitar a compreensão desse demonstrativo pelos diversos usuários, devem contemplar:

- a utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários; o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias; o montante dos dividendos distribuídos no período;
- o detalhamento dos recebimentos financeiros e permanentes; o detalhamento dos recursos de exercícios anteriores utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente; a utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários;
- o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevantes; o detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos; o detalhamento dos recursos de exercícios anteriores utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente;
- a forma de contabilização das retenções das receitas orçamentárias; as atualizações autorizadas por lei, efetuadas após a data de publicação da LOA, que compõem a coluna de Previsão Inicial da Receita; o detalhamento das despesas por tipos de créditos;
- o montante das transferências financeiras recebidas e concedidas relacionado à execução do orçamento do exercício; o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante; o detalhamento dos recebimentos financeiros e permanentes.

48

A dívida fundada, conceituada inicialmente pela Lei nº 4.320/1964 e posteriormente pela Lei Complementar nº 101/2000, compreende:

- o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;
- o montante dos Restos a Pagar Processados e Não Processados inscritos pelo ente no exercício anterior;
- o saldo do Passivo Atuarial, que representa o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios previdenciários;
- o montante das provisões que representam o reconhecimento de obrigações cujo valor ainda não esteja definitivamente determinado;
- o montante total do saldo devedor apurado das operações de crédito realizadas pelo ente, decorrentes de antecipação da receita orçamentária (ARO).

49

O Poder Constituinte, como instituição política responsável pela criação das normas constitucionais, é comumente classificado pela doutrina em originário, derivado e decorrente. Por sua vez, o Poder Constituinte originário possui subclassificações, sendo uma delas baseada no modo de deliberação constituinte.

Nesse sentido, quando o Poder Constituinte deriva de uma deliberação formal de um grupo de agentes, como no caso das constituições escritas, pode ser classificado como:

- (A) revolucionário;
- (B) concentrado;
- (C) formal;
- (D) difuso;
- (E) material.

50

Quanto à classificação das Constituições, consideram-se Constituições rígidas aquelas que:

- (A) só podem ser modificadas mediante procedimentos mais complexos que o processo legislativo ordinário;
- (B) só podem ser modificadas pelo Poder Constituinte originário, quando convocado;
- (C) podem ser modificadas pelo processo legislativo ordinário;
- (D) não podem ser modificadas, pois possuem pretensão de eternidade;
- (E) possuem uma parte suscetível a modificações pelo processo legislativo ordinário e outra insuscetível de modificações.

51

No que tange à organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, as regras da Constituição da República de 1988 sobre distribuição de competências são alicerces do federalismo e consagram a fórmula de divisão de centros de poder no Estado de Direito, sendo guiadas pelo denominado princípio da:

- (A) legalidade;
- (B) boa-fé;
- (C) predominância do interesse;
- (D) moralidade;
- (E) subsidiariedade.

52

Sobre o Tribunal de Contas do Estado, é correto afirmar que:

- (A) é responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos da Administração Pública direta estadual, excetuados os entes da Administração Pública indireta;
- (B) é composto por nove conselheiros, seguindo o modelo federal, em respeito ao princípio da simetria;
- (C) cabe ao chefe do Executivo escolher dois conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, sendo os demais escolhidos pela Assembleia Legislativa;
- (D) é responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e de suas entidades das administrações direta e indireta, excetuados os Municípios;
- (E) qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidade ou ilegalidade perante o Tribunal de Contas do Estado.

53

Pedro, brasileiro, 25 anos, solteiro, após se formar no curso de ciências políticas na Universidade Federal do Tocantins, decidiu seguir seu sonho de construir uma carreira política. Para iniciar sua jornada, Pedro decide se candidatar ao cargo de vereador da cidade de Gurupi, sua terra natal.

Tendo em vista as condições de elegibilidade previstas no Art. 14, §3º, da Constituição da República de 1988, a idade mínima para concorrer ao cargo de vereador é de:

- (A) 18 anos;
- (B) 21 anos;
- (C) 30 anos;
- (D) 35 anos;
- (E) 40 anos.

54

São órgãos do Poder Judiciário:

- (A) o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes Eleitorais, os Tribunais e Juízes Militares, bem como os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios;
- (B) o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes Eleitorais, os Tribunais e Juízes Militares, bem como os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios;
- (C) o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes Eleitorais, os Tribunais e Juízes Militares, bem como os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios;
- (D) o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes Eleitorais, os Tribunais de Contas, os Tribunais e Juízes Militares, bem como os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios;
- (E) o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes Eleitorais, os Tribunais de Contas, os Tribunais Marítimos, os Tribunais e Juízes Militares, bem como os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

55

Sobre o Ministério Público de Contas, é correto afirmar que:

- (A) os membros do Ministério Público de Contas são escolhidos dentre os membros do Ministério Público estadual com mais de dez anos de serviço público;
- (B) aplicam-se aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas os mesmos direitos e vedações aplicáveis aos membros do Ministério Público estadual;
- (C) o Ministério Público de Contas pertence à organização institucional do Ministério Público estadual, gozando de autonomia administrativa e financeira;
- (D) os membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas são vitalícios após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por decisão do plenário do Tribunal de Contas;
- (E) os membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas podem exercer a advocacia e participar de sociedade comercial.

56

Ao analisar as contas do governador do Estado do Tocantins em processo administrativo, o Tribunal de Contas constatou a ocorrência de ilegalidade e aplicou multa proporcional ao responsável.

Nessa situação, o Tribunal de Contas exerceu sua competência:

- (A) corretiva;
- (B) sancionatória;
- (C) informativa;
- (D) consultiva;
- (E) judicante.

57

O presidente da Câmara Municipal da cidade de Almas formulou consulta endereçada para o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins questionando sobre a possibilidade de acumulação remunerada de cargo público com o exercício do mandato de vereador, ainda que na posição de chefe do Poder Legislativo local.

Sobre acumulação de cargos, é correto afirmar que:

- (A) não é possível a acumulação de cargo público com o exercício do mandato de vereador na condição de chefe do Poder Legislativo local, tendo em vista a presunção de incompatibilidade de horários;
- (B) não é possível a acumulação remunerada de cargo público com o exercício do mandato de vereador, por extrapolar o limite do teto remuneratório a que se refere o Art. 37, XI, da Constituição da República de 1988;
- (C) é possível a acumulação remunerada de cargo público com o exercício do mandato de vereador, independentemente da compatibilidade de horários, desde que respeitado o teto remuneratório a que se refere o Art. 37, XI, da Constituição da República de 1988;
- (D) é possível a acumulação remunerada de cargo público com o exercício do mandato de vereador, ainda que na condição de chefe do Poder Legislativo local, devendo-se observar a compatibilidade de horários no caso concreto e respeitado o teto remuneratório a que se refere o Art. 37, XI, da Constituição da República de 1988;
- (E) é possível a acumulação remunerada de cargo público com o exercício do mandato de vereador, ainda que na condição de chefe do Poder Legislativo local, devendo-se observar a compatibilidade de horários no caso concreto, sem a necessidade de opção por uma das remunerações, a teor do disposto no Art. 38, II e III, da Constituição da República de 1988.

58

O presidente da Câmara Municipal de Paranã/TO formulou consulta ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins buscando esclarecer de quem é a competência para promover, quanto aos servidores do Legislativo Municipal, a revisão geral remuneratória anual, estabelecida no Art. 37, X, da Constituição da República de 1988.

Com base no entendimento do TCE/TO, a referida competência é do(a):

- (A) Câmara Municipal;
- (B) Assembleia Legislativa;
- (C) prefeito do Município;
- (D) governador do Estado;
- (E) presidente do Tribunal de Contas do Estado.

59

Os artigos 34 a 36 da Constituição da República de 1988 preveem o instituto da intervenção, que acarreta o afastamento temporário da autonomia política do ente federativo.

Sobre essa medida, é correto afirmar que:

- (A) não é possível a intervenção da União nos Estados para a reorganização das finanças estaduais;
- (B) é possível a intervenção do Estado em seus Municípios quando não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;
- (C) é possível a intervenção do Estado em seus Municípios para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nessas unidades da Federação;
- (D) é possível a intervenção da União nos Estados quando o Tribunal de Justiça der provimento à representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual;
- (E) não é possível a intervenção do Estado em seus Municípios para aplicação do mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

60

Júlia, grávida com quarenta semanas de gestação, chega em trabalho de parto ao Hospital Regional X do Tocantins, integrante da rede pública estadual de saúde. Após mais de cinco horas aguardando atendimento, a gestante é atendida por um médico da rede pública. Contudo, ao examinar Júlia, o médico constatou que a demora no atendimento resultou na morte do feto por anóxia intrauterina, realizando então a retirada do natimorto.

Sobre a responsabilidade civil do Estado do Tocantins pelo dano resultante da demora no atendimento em hospital público estadual na situação apresentada, é correto afirmar que:

- (A) a responsabilidade do Estado é subjetiva, de modo que, não sendo demonstrada a conduta dolosa ou culposa do agente público, o Estado do Tocantins não poderia ser responsabilizado;
- (B) de acordo com a teoria do risco administrativo, os serviços prestados pelo Estado possuem riscos inerentes que devem ser suportados pela coletividade, motivo pelo qual o Estado do Tocantins não poderia ser responsabilizado;
- (C) não havendo conduta culposa imputável ao médico que atendeu a parturiente, considera-se a fatalidade ocorrida um evento de força maior, razão pela qual o Estado do Tocantins não poderia ser responsabilizado;
- (D) a demora no atendimento de paciente em situação de emergência configura conduta omissiva do Estado, reputada como causa do resultado morte do feto, de maneira que o Estado do Tocantins poderia ser diretamente responsabilizado;
- (E) o Estado do Tocantins poderia ser responsabilizado, desde que antes fosse ajuizada ação indenizatória em face do agente público que causou o resultado danoso, nos termos da teoria da dupla garantia.

61

Ao longo do ano de 2021, o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins avaliou o desempenho da Secretaria de Saúde do Estado quanto à economicidade, eficiência e eficácia dos seus sistemas, programas, projetos e atividades. Verificando dados do sistema informatizado do referido órgão, constatou-se a existência de divergências nas informações sobre despesa com pessoal. Em vista disso, foi elaborado relatório final indicando que foram instaurados outros procedimentos específicos de fiscalização para tratar desse achado.

Na situação apresentada, o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal é denominado:

- (A) acompanhamento;
- (B) monitoramento;
- (C) auditoria programada;
- (D) auditoria especial;
- (E) sindicância.

62

O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins deliberou que os governos estadual e municipais devem considerar como despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, para fins de apuração dos percentuais de aplicação estabelecidos na Constituição da República de 1988, as inscritas em restos a pagar processados ou não processados, desde que haja disponibilidade financeira vinculada à educação.

Na situação apresentada, a deliberação do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins se reveste da forma de:

- (A) parecer;
- (B) acórdão;
- (C) resolução normativa;
- (D) instrução normativa;
- (E) resolução administrativa.

63

O secretário chefe da Controladoria-Geral do Estado do Tocantins formulou consulta ao Tribunal de Contas do Estado indagando se a penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração Pública, prevista no Art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993, abrange apenas o órgão ou entidade que aplicou a sanção.

Nessa situação, o Tribunal de Contas:

- (A) deve conhecer da consulta ainda que entenda não ter havido a indicação precisa da controvérsia suscitada, visto que nesse procedimento a causa de pedir é aberta;
- (B) deve conhecer da consulta ainda que entenda não ser o consulente a autoridade competente, visto que qualquer cidadão é parte legítima para formular consultas perante a Corte;
- (C) não deve conhecer da consulta se não for subscrita por advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil;
- (D) deve conhecer da consulta ainda que não contenha o nome e a qualificação do consulente, pois é admitida a consulta anônima à Corte;
- (E) não deve conhecer da consulta se esta não for instruída com parecer do órgão de assistência técnica ou jurídica da autoridade consulente.

64

Após regular processo administrativo disciplinar, foi apurado que João, servidor público civil do Estado do Tocantins, abandonou seu cargo por um período superior a trinta dias e foi aplicada a pena de demissão.

A autoridade competente para aplicar a sanção disciplinar de demissão é o(a):

- (A) presidente do Tribunal de Contas do Estado;
- (B) secretário de Estado ou autoridade equivalente;
- (C) chefe da repartição ou autoridade equivalente;
- (D) chefe do Poder do Estado respectivo, que poderá delegar essa competência;
- (E) Assembleia Legislativa.

65

Silvana, assistente de controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, realizou curso de aperfeiçoamento profissional em contabilidade oferecido pela administração da Corte. Empolgada com o conhecimento obtido, elaborou cartilha com as principais orientações indicadas ao longo do curso e imprimiu o material para distribuir entre os colegas de trabalho.

À luz da situação apresentada e do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins (Lei Estadual nº 1.818/2007), é correto afirmar que Silvana:

- (A) poderia distribuir o material impresso ainda que pudesse gerar acúmulo de papel na repartição, pois não é seu dever manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho;
- (B) não poderia ser obrigada a participar do curso, pois é seu direito, não dever, participar de estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções;
- (C) poderia distribuir o material impresso, mas não é seu dever disseminar no ambiente de trabalho conhecimentos obtidos em razão de treinamentos e contribuir para a eficiência dos trabalhos realizados pelos demais servidores;
- (D) poderia distribuir o material impresso, pois não está obrigada a observar a estrita moderação no exercício das suas prerrogativas profissionais;
- (E) poderia distribuir o material impresso, sendo seu dever disseminar no ambiente de trabalho conhecimentos obtidos em razão de treinamentos e contribuir para a eficiência dos trabalhos realizados pelos demais servidores.

66

Eduardo, servidor público estável do Estado do Tocantins, foi demitido após processo administrativo disciplinar. Inconformado com sua demissão, interpôs recurso administrativo e logrou êxito em revertê-la, mediante a invalidação da demissão.

O ato de reinvestidura de Eduardo no cargo anteriormente ocupado é denominado:

- (A) aproveitamento;
- (B) reintegração;
- (C) readaptação;
- (D) recondução;
- (E) reversão.

67

Morgana é servidora pública estável do Estado do Tocantins, está na 30ª semana de gestação e apresentou requerimento de licença-maternidade.

Nessa situação, é correto afirmar que:

- (A) a licença-maternidade somente poderá ser concedida a partir da 32ª semana de gestação, salvo prescrição médica recomendando o seu gozo imediato;
- (B) a licença-maternidade terá duração de cento e oitenta dias, salvo prescrição médica recomendando prazo maior;
- (C) para amamentar o próprio filho, até a idade de 6 meses, a servidora lactante terá direito, durante a jornada de trabalho, a três períodos de meia hora de descanso;
- (D) no caso de aborto, comprovado por atestado médico homologado pela Junta Médica Oficial do Estado, a servidora terá direito a vinte dias de repouso remunerado;
- (E) no caso de natimorto ou neomorto, a servidora tem direito a sessenta dias de licença, a contar da data do parto, salvo prescrição médica recomendando prazo maior.

68

O secretário de Saúde do Estado do Tocantins, verificando ilegalidade no procedimento licitatório que culminou com a contratação de empresa para o fornecimento de material hospitalar, decidiu, após oportunizado o contraditório à contratada, anular o contrato e o respectivo procedimento licitatório.

O controle que a Administração Pública tem sobre seus próprios atos, podendo anular os ilegais e revogar os inoportunos, decorre do princípio da:

- (A) segurança jurídica;
- (B) motivação;
- (C) autotutela;
- (D) eficiência;
- (E) boa-fé.

69

Antônio, ordenador de despesas em determinado órgão da Administração Pública direta estadual, promoveu a contratação direta de serviços de publicidade para a divulgação de obras do governo, alegando inexigibilidade de licitação. A contratada cumpriu rigorosamente o objeto contratual, tendo o pagamento sido realizado após empenho e liquidação.

Nessa situação, a conduta de Antônio:

- (A) configurará ato de improbidade administrativa se demonstrado o efetivo e comprovado prejuízo ao erário, vedada a presunção de dano, bem como a conduta culposa ao promover a contratação direta;
- (B) configurará ato de improbidade administrativa se demonstrada a sua vontade livre e consciente de promover a contratação direta, sendo presumido o prejuízo ao erário em virtude da inexistência de competição para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração;
- (C) configurará ato de improbidade administrativa se demonstrada a sua conduta culposa ao promover a contratação direta, sendo presumido o prejuízo ao erário em virtude da inexistência de competição para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração;
- (D) configurará ato de improbidade administrativa se demonstrada a sua vontade livre e consciente de promover a contratação direta, bem como o efetivo e comprovado prejuízo ao erário, vedada a presunção de dano;
- (E) não configura ato de improbidade administrativa, pois o objeto contratual foi devidamente prestado, sob pena de configurar-se enriquecimento sem causa da Administração Pública.

70

A Secretaria de Educação do Estado do Tocantins realizou licitação para a contratação de empreitada, sendo a obra relativa à construção de uma nova escola. O contrato continha cláusula definindo riscos e responsabilidades entre as partes, bem como caracterizando o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.

Na situação apresentada, a cláusula contratual descrita é denominada:

- (A) projeto executivo;
- (B) contratação integrada;
- (C) matriz de riscos;
- (D) projeto básico;
- (E) termo de referência.

REDAÇÃO

Com a proximidade das eleições, um tema de discussão se difundiu por todo o país: a necessidade, ou não, de impedir-se a propaganda enganosa, as famosas *fake news*, que podem vir de todos os lados. Surgiram, então, outras questões: o que são, de fato, essas notícias enganosas? Quem vai decidir o que é uma propaganda enganosa? Elas são realmente importantes para a votação? O que fazer com os divulgadores dessas notícias? Que providências podem ser tomadas para que elas acabem ou, pelo menos, se reduzam em número?

Num texto de gênero dissertativo-argumentativo, de no mínimo vinte e no máximo trinta linhas, em linguagem portuguesa culta, você vai expor suas ideias sobre o tema, procurando, de forma organizada, responder às questões propostas ou a outras que lhe possam surgir.

Valor: 30 pontos

Mínimo de 20 e máximo de 30 linhas.

RASCUNHO - Redação

1

5

10

15

20

25

30

Realização

